



Arquivo

Delfim Netto deverá depor no próximo dia 10

Débito externo de SP soma US\$ 5,7 bilhões

ALBERTO TAMER

São Paulo deve US\$ 5,7 bilhões no mercado internacional, a serem pagos em parcelas anuais de US\$ 1,5 bilhão, e mais Cr\$ 237 bilhões, principalmente a grandes empreiteiras. Deste total, Cr\$ 90 bilhões correspondem às obras perdidas da Paulipetro. O pagamento da dívida externa está atrasado US\$ 600 milhões e sobre ambas incorrem juros de 20% mais correção monetária de 10 a 12% ao mês. Mensalmente, vencem pagamentos da ordem de US\$ 100 milhões, mais da metade dos quais em operações 63, feitas de banco para banco, acumulando-se, assim, os atrasos, que aumentam como bola de neve com os juros e a correção. No ano passado ainda foi possível pagar US\$ 455 milhões, com recursos das empresas e do Tesouro, mas este ano nenhuma amortização foi feita, razão pela qual, somada aos atrasos, a dívida deste ano já se eleva a mais de US\$ 1 bilhão.

O governo paulista vem solicitando ao Ministério do Planejamento e ao Banco Central autorização para contrair empréstimos externos, a fim de rolar a dívida. Tudo, porém, permanece centralizado no Banco Central, que nada liberou ainda.

COMISSÕES "ADOÇANTES"

Haveria possibilidade de realizar alguma operação de crédito com bancos internacionais, mas estes estão exigindo além do aval do Banco Central uma taxa que varia de 5 a 8% a título injustificado de "sweetener", ou seja, "adoçante". Isso nada mais é do que uma sobretaxa de risco sobre a própria taxa de risco já cobrada, que não pode ser paga pelo Tesouro do Estado ou pelas empresas simplesmente porque não há condições legais, ou morais, para sustentá-la. Em termos mais realistas, é uma comissão considerada ilegal pelo governo. Mas, mesmo que se decidisse pagá-la, o Tesouro do Estado enfrenta graves dificuldades impostas pelo governo federal, que vem recusando os avais do Banco Central a fim de não "federalizar" as dívidas do Estado. As autoridades paulistas acham estranha esta posição, simplesmente porque grande parte da dívida assumida no governo anterior, principalmente através de empresas como a Cesp e a Fepasa, foram feitas por recomendação ou ordem expressa do próprio Ministério do Planejamento, em "supplies credit" em "operações casadas". A maior parte dos projetos relativos a esses equipamentos foi antecipada exatamente para atender ao governo federal e estão hoje paralisados por falta de recursos — ou simplesmente por não serem necessários agora e ainda por algum tempo — enquanto os dólares livres correspondentes foram utilizados para rolar a dívida externa.

EMPRESAS DEVEM MAIS

A maior parte da dívida em dólares

foi feita por empresas do Estado, principalmente a Cesp, a Companhia Paulista de Força e Luz, a Eletropaulo e a Fepasa, quase US\$ 4 bilhões, seguindo-se a Dersa, com US\$ 535 milhões e a Vasp, com US\$ 260 milhões. A dívida do Tesouro Estadual é de apenas US\$ 400 milhões, levantadas com autorização legislativa para o Metrô e a Fepasa. Após fazer um balanço da herança da administração Maluf, os técnicos ironicamente dividiram as empresas estaduais em três categorias: o "grupo da prosperidade" — Cesp, US\$ 2,5 bilhões de dívida, Companhia Paulista de Força e Luz, US\$ 143 milhões e Eletropaulo, US\$ 685 milhões, entre outras, mas que geram recursos próprios. O Segundo grupo depende do Tesouro: Fepasa, US\$ 1,2 bilhão; Dersa, US\$ 535 milhões e Metrô, US\$ 57,5 milhões, cuja receita representa 80% do custeio. Finalmente, há as "falsas empresas", criadas, segundo eles, para cobrir a ineficiência do setor público, como a Emplasa, a Cetesb, a Caic, a Prodesp e até mesmo o Ceagesp entre outras.

COMO PAGAR

O secretário da Fazenda, João Sayad, afirma que São Paulo, com uma receita anual de Cr\$ 4 trilhões, tem condições de pagar a dívida, desde que conte com a autorização do governo federal para as operações externas necessárias. Ao todo, a dívida externa e interna se eleva a Cr\$ 2 trilhões e 74 bilhões, mas está bem distribuída no tempo. O que preocupa é a queda de 20% da arrecadação do ICM, devido à recessão agravada pela isenções desse tributo, por exemplo, para as exportações. Acha que caberia ao governo federal arcar com o ônus, justificável, dessas isenções.

Outra séria preocupação é o peso do funcionalismo no orçamento estadual. Segundo o secretário da Fazenda, o Estado gasta hoje 70% de todo o seu orçamento somente no pagamento do pessoal, restando quase nada para investimento, considerando-se que o custeio da máquina absorve praticamente os outros 30%.

O mais grave, porém, afirma o secretário, é que a política federal de controle do déficit público obriga o Estado a fazer pagamentos maiores quando a receita está caindo em consequência da recessão. No momento, ao lado da maior fiscalização para aumentar a receita do ICM, o governo do Estado luta pela reformulação do sistema de isenções fiscais, que absorvem 20% do orçamento estadual e espera autorização federal para levantar empréstimos no Exterior para pôr em ordem o atrasado de US\$ 600 milhões.

Enquanto isso, inicia o seu segundo ano praticamente sem investimentos, sufocado pelo peso da dívida, dos compromissos assumidos na administração anterior e pela absurda folha de pagamento do serviço público.